

QUEM SOMOS? PROPOSTA DE EDUCAÇÃO ANTI-RACISTA EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE AFRO-DESCENDENTE. A LEI 10.639/2003 E SUA PRÁTICA. André César de Andrade, Sérgio Augusto Queiroz Norte, Ana Cristina Juvenal da Cruz. Educação – História – Departamento de História – Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Assis.

Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender a reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola; porém, o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ela. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa.

Nesse sentido, o governo federal aprovou a lei 10.639/2003¹ que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira no sistema educacional brasileiro, uma vitória histórica do movimento negro que sempre apontou a educação como forma de superação do racismo, das desigualdades raciais e de construção de uma identidade afro-descendente positiva, mostrando a necessidade de diretrizes que orientem a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos africanos e afro-brasileiros, assim como comprometidos com a educação das relações étnico-raciais positivas, a que tais conteúdos devem conduzir.

Para tanto, os gestores escolares e o professorado necessitam de uma formação que tenha como prioridade respeitar os valores individuais dos educandos, adotando uma postura anti-racista na prática docente, quebrando os estereótipos e preconceitos cristalizados acerca dos valores culturais afro-brasileiros e africanos, como a religião e os costumes, contribuindo para uma identidade positiva dos educandos.

A partir de tais inquietações e do receio de que a lei 10.639/2003 se tornasse apenas mais uma lei “par inglês ver”, elaboramos este projeto que tem como objetivo principal o fortalecimento de identidades e de direitos, estando orientado para a ampliação do acesso a informações sobre a diversidade da nação brasileira e sobre a recriação das identidades provocadas por relações étnico-raciais, buscando o rompimento das imagens negativas forjadas por diferentes meios de comunicação sobre os afro-brasileiros.

Este projeto se pauta na criação de, num primeiro momento, um diálogo aberto com os alunos de uma escola da rede pública da periferia da cidade de Assis (oeste do Estado de São Paulo), matriculados entre a 5ª série do Ensino Fundamental e o 2º ano do Ensino Médio, procurando assim, vislumbrar meios para o cumprimento da lei; e, em seguida, utilizar os resultados deste projeto como um agente facilitador da ação didático-pedagógica para os professores.

A metodologia utilizada para encaminhar o projeto foi a de pesquisa-ação aplicada ao campo educacional, visto que se fez necessário, durante todo percurso, planejar e (re) planejar as ações, os caminhos do projeto, fazendo adaptações a partir das análises feitas durante o andamento da pesquisa. Sua aplicação se deu por meio de oficinas temáticas em que os educandos realizavam atividades sobre os temas propostos.

Visando a construção de uma identidade positiva, há a necessidade de se perceber de que forma o racismo se estabelece em nossa sociedade – particularmente no ambiente escolar – e os instrumentos que contribuem para sua permanência; por outro lado, ainda com a finalidade de auxiliar a construção de uma identificação positiva consigo mesmo e também com o patrimônio histórico-cultural brasileiro, o resgate da cultura afro-brasileira é imprescindível na integração dos educandos com os valores étnicos do passado.

¹ BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. D.O.U. de 10 de janeiro de 2003. (Altera a lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”).

Dessa forma, dividimos as oficinas em três grandes grupos (dentro dos quais diversas temáticas se encaixaram), a seguir:

- (re) definição de conceitos: raça, racismo, discriminação racial, preconceito, xenofobia, ações afirmativas entre outros;
- “Uma outra história do Brasil”: o papel do negro na história brasileira; movimentos de resistência; construção e desenvolvimento econômico do Brasil; consciência política e histórica da diversidade;
- Fortalecimento de identidades: mídia, religião e cultura (dentro da categoria cultura dedicamos uma oficina à cultura hip hop, visto a proximidade dos educandos com essa forma de manifestação artística).

Como ponto de partida para a realização dos objetivos principais começamos trabalhando a desconstrução de estereótipos nos quais o povo negro foi enquadrado. Para tanto, lançamos mão do conceito de estereótipo como sendo idéias fixas que temos de um determinado grupo, idéia que padroniza esse grupo e elimina qualidades individuais e as diferenças do grupo.

Nesta primeira oficina aplicamos um questionário sócio-econômico com o intuito de conhecer melhor a realidade dos educandos e descobrir como eles se auto-identificavam segundo o critério cor/raça e recolher informações para utilizarmos no momento posterior de análise dos resultados. Percebemos, por exemplo, que a categoria “moreno” foi a que mais apareceu; nenhum aluno se auto-declarou preto, no entanto, alguns se auto-declararam negros, provavelmente pelo fato de a palavra “preto” ter uma carga semântica mais negativa do que a palavra “negro”.

As oficinas acabaram privilegiando dois grandes eixos: por um lado o desenvolvimento da expressão dos alunos, através da criação de diferentes gêneros textuais; e, por outro lado, apresentar um outro olhar para a História do Brasil no qual o negro aparece como protagonista. Considerando que estes dois eixos não foram trabalhados isoladamente, tivemos a associação entre eles, um servindo de subsídio para o outro, ou seja, os conteúdos de história serviram de argumento para os textos desenvolvidos, ao mesmo tempo em que uma maior profundidade na produção e leitura dos textos, permitiu aos alunos a revisão de conceitos que traziam até então.

Nestas oficinas utilizamos materiais escritos, visuais e orais – por exemplo, utilizamos músicas do gênero hip-hop, como o rap (ritmo e poesia), bem como os conceitos que este gênero emprega; apresentamos gêneros textuais variados, como textos jornalísticos, revistas, textos literários, músicas, procurando por diversos caminhos aproximar os alunos do texto, uma vez que é a leitura de texto que vai fortalecer a leitura crítica da sociedade a qual a criança pertence.

Com o término do projeto podemos perceber algumas mudanças atitudinais, ou seja, os alunos se mostravam menos resistentes às temáticas e, por conseguinte, mais dispostos a discutir e entender a problemática racial brasileira. Contudo, nosso objetivo não se restringiu a levantar uma discussão sobre o racismo, e sim fazer com que os alunos percebessem o contexto em que tais mecanismos de exclusão se construíram e como isto afeta as suas próprias vivências.

Tivemos ainda, em todas as oficinas, a preocupação para que a palavra não se restringisse a nós, monitores do projeto. Todos contribuíram de alguma forma, com relatos de situações vivenciadas, pelo próprio aluno ou por um conhecido. Isto por acreditarmos que a construção do saber se faz por meio da interação, da troca.

Outra constatação, por sinal muito grave, foi o grande desconhecimento por parte do professorado quanto à existência da lei 10.639/2003. Poucos disseram já ter ouvido falar, o que demonstra a distância entre uma lei de grande importância e sua efetiva prática. A formação de professores conscientes do conteúdo a ser trabalhado é ponto chave para a aplicação da lei. Isso mobiliza universidades – produtoras de conhecimentos – no que toca a elaboração de materiais didáticos de qualidade. Mobiliza também secretarias de ensino, governos municipais, estaduais e federais, no sentido de disponibilizarem recursos para cursos de formação de professores (cabe ressaltar que alguns cursos têm sido oferecidos, mas o grande desconhecimento da lei aponta para a necessidade de ampliação destes e conscientização dos professores).

Chegamos ao final das oficinas com a perspectiva que a inserção dos conteúdos da lei 10.639/2003, acompanhada de uma mudança de mentalidade na compreensão das relações étnico-raciais, é possível, ainda que não seja uma tarefa exclusiva da escola. Constatamos que considerar o contexto social destes alunos e, da mesma forma, os espaços que estes ocupam (escola, família, lazer, religião) é fator primordial para o êxito de trabalhos com a diversidade, e mais especificamente a racial.

O Brasil, país multi-étnico e pluricultural, precisa de organizações escolares em que todos se vejam incluídos, em que lhes seja garantido o direito de aprender e de ampliar conhecimentos, sem ser obrigados a negar a si mesmos, ao grupo étnico/racial a que pertencem e a adotar costumes, idéias e comportamentos que lhes são adversos. E estes, certamente, serão indicadores da qualidade da educação que estará sendo oferecida pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis.

Passo fundamental para atingir esse objetivo é o desenvolvimento de uma consciência política e histórica da diversidade, princípios que devem conduzir:

- À compreensão de que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história;
- Ao conhecimento e à valorização da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira na construção histórica e cultural brasileira.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. D.O.U. de 10 de janeiro de 2003.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Parecer CNE/CP 03/2004, de 10 de março de 2004.

CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____(org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era*. Vol. 1. São Paulo: Ática, 1978.

HERNADEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. *Para entender o negro no Brasil: Histórias, Realidades, Problemas e Caminhos*. São Paulo: Global Editora e Ação Educativa, 2004.

Bolsa: NÚCLEO DE ENSINO